



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
GABINETE DO MINISTRO

OFÍCIO Nº 9235/2019/MMA

PRIMEIRA-SECRETARIA	
Documento recebido nesta Secretaria sem a indicação ou aparência de tratar-se de conteúdo de caráter sigiloso, nos termos do Decreto n. 7.845, de 14/11/2012, do Poder Executivo.	
Em 26/12/19 às 17 h 00	
<i>Yuri</i> Servidor	883114 Ponto
<i>Wanderli</i> Portador	
Brasília, 24 de dezembro de 2019.	

À Primeira-Secretária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados
Praça dos Três Poderes, Edifício Principal, Térreo, sala 27
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Resposta ao Ofício 1ª Sec/RI/E/n. 1004/19, Requerimento de Informação n. 1858/2019.

Senhora Deputada,

1. Refiro-me ao Ofício 1ª Sec/RI/E/no 1004/19, que encaminha, entre outros, o Requerimento de Informação n. 1858/2019, da Bancada do PSOL, “acerca da reunião realizada em Brasília com infratores ambientais para debater questões relacionadas à reserva Extrativista Chico Mendes (AC)”.

2. Sobre os questionamentos, encaminho os seguintes esclarecimentos:

1. Quando e por iniciativa de quem as tratativas da referida reunião se iniciaram? Anexar cópias e-mails ou qualquer outra forma de comunicação entre as partes;

A reunião foi realizada a pedido da Bancada de Parlamentares do Estado do Acre.

2. A reunião em questão teve relação com a visita do Ministro realizada em 27 e 28 de julho deste ano, na região da Resex em Xapuri, na qual foi realizado um encontro do Ministro com grandes pecuaristas e invasores da região sem aviso prévio aos órgãos ambientais?

A referida reunião também foi realizada a pedido da Bancada de Parlamentares do Estado do Acre.

3. Houve demanda formal por parte dos participantes para a audiência em Brasília ser realizada com o Ministro? Qual foi a pauta proposta? Solicita-se cópia do documento apresentado a este ministério para a realização da reunião;

Não houve.

4. Quais temas foram tratados na reunião? Solicita-se a ata da reunião, bem como os documentos que subsidiaram os debates do encontro. Ainda, solicita-se a posição deste Ministério sobre cada tema abordado e a especificação de eventuais compromissos assumidos.

Não há ata, por se tratar de audiência com parlamentares para tratar das questões de meio ambiente do Estado do Acre.

5. Considerando que após a realização da reunião em Brasília uma parlamentar, que estava presente no encontro, divulgou que estava suspensa as atividades de fiscalização na Resex Chico Mendes, pergunta-se este Ministério confirma a determinação? Quais foram as bases legais e os subsídios técnicos apresentados para determinar a suspensão? Solicita-se cópia dos documentos relacionados.

O Ministério do meio Ambiente desconhece qualquer determinação nesse sentido.

6. Este Ministério tem conhecimento do Projeto de Lei articulado e apoiado pelos parlamentares presentes na audiência em Brasília para desafetar 19 mil hectares da Resex a fim de entregar terras ilegalmente invadidas para os grupos interessados presentes nas reuniões com o Ministro em junho, em Xapuri, e em novembro, em Brasília?

O tema é afeto ao parlamento.

7. Por que desde o fim das atividades da missão de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) não há mais ações de fiscalização na Resex?

As ações de fiscalização não foram interrompidas.

8. Quais são e quantas são as infrações ambientais cometidas pelos participantes da audiência em Brasília com o ministro? Solicita-se cópia dos documentos relacionados às infrações.

Não há informações nesse sentido.

9. Quais são as notificações do órgão ambiental em relação aos pedidos de retirada da unidade de conservação que já foram entregues aos participantes das reuniões que ocorreram em 27 e 28 de julho, em Xapuri? Solicita-se cópia do inteiro teor das notificações.

Não há informações nesse sentido.

10. Quais são as notificações do órgão ambiental em relação aos pedidos de retirada da unidade de conservação que já foram entregues aos participantes da reunião do dia 06 de novembro, em Brasília, com o Ministro? Solicita-se cópia do inteiro teor das notificações.

Não há informações nesse sentido.

11. Qual a justificativa institucional para que o Ministério do Meio Ambiente tenha realizado uma audiência com infratores ambientais, sendo um deles, inclusive, autor de ameaça de morte contra servidor do ICMBio?

A Audiência foi concedida aos parlamentares da Bancada do Acre.

12. Por que o Ministro não consultou a gestão da unidade de conservação sobre que eram os infratores que estava recebendo e os interesses políticos que estavam representados naquele momento?

A Audiência foi concedida aos parlamentares da Bancada do Acre.

13. Qual estratégia do Ministério para combater o desmatamento na RESEX Chico Mendes - que teve um salto de 203% de acordo com dados do Inpe (sistema Prodes) neste ano? O que está planejado para combatê-lo?

Atuação da fiscalização do Ibama e do ICMBio.

14. Há um plano de combate ao desmatamento previsto para as Unidades de Conservação? Quando será lançado?

O Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal - PPCDam está em execução até o final de 2019, conforme a publicação em Anexo. No momento estamos com o trabalho de revisão para o ano de 2020.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

RICARDO SALLES

Ministro de Estado do Meio Ambiente

Anexo:

I - Anexo I - PPCDAM (0516177)



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo de Aquino Salles, Ministro do Meio Ambiente**, em 26/12/2019, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0516269** e o código CRC **2D9E3C42**.

